

CPI da Petrobras mantém quem recebeu doações de empreiteiras

A Câmara dos Deputados instalou nesta quinta-feira (26/2) a chamada Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, criada na esteira das acusações da operação “lava jato”. No início, discutiu-se se era necessário afastar os membros da comissão que receberam doações das empreiteiras investigadas na campanha eleitoral de 2014.

Reprodução



A nova CPI é comandada pelo deputado federal Hugo Motta (PMDB-PB)
Reprodução

O pedido foi apresentado pelo deputado Ivan Valente (Psol-SP), depois de um levantamento do jornal *Folha de S.Paulo* apontar que os escolhidos para comandar a CPI tiveram parte de suas campanhas bancada por empresas citadas na “lava jato”: no caso do presidente da comissão, o deputado federal Hugo Motta (PMDB-PB), 60% dos recursos foram bancados por empreiteiras.

Para Valente, deputados que receberam recursos dessas empresas deveriam se declarar impedidos de participar das investigações. Ele citou suspeitas do Ministério Público Federal de que doações de campanha possam ter origem em recursos ilícitos.

Mas o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que presidiu a sessão por ser o mais velho entre os integrantes, rejeitou o pedido de Valente e argumentou que nenhum dos deputados se apresentou para a CPI por vontade própria, tendo sido indicados pelos partidos. O Psol recorreu da decisão de Arnaldo Faria de Sá à própria CPI, e quem deve analisar o tema é o presidente eleito, Hugo Motta.

O Psol foi apoiado pelo líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), mas recebeu críticas de outras siglas. O líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), afirmou que a questão de ordem era “uma tentativa de tumultuar o começo dos trabalhos”. “Todos aqui tiveram suas campanhas financiadas. Os parlamentares foram diplomados porque tiveram suas contas de campanha aprovadas. Não podemos transformar um ato legal em ilegal”, afirmou.

Início dos trabalhos



A partir da próxima segunda-feira (2/3), a CPI começará a receber requerimentos dos deputados, incluindo pedidos de audiência pública e de convocação para interrogatórios. O relator da comissão, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), tem uma semana para apresentar seu plano de trabalho. O grupo conta com 27 integrantes, e o prazo de funcionamento é de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 60. *Com informações da Agência Câmara Notícias.*